



A Dívida Pública e a Previdência Social

Rodrigo Avila

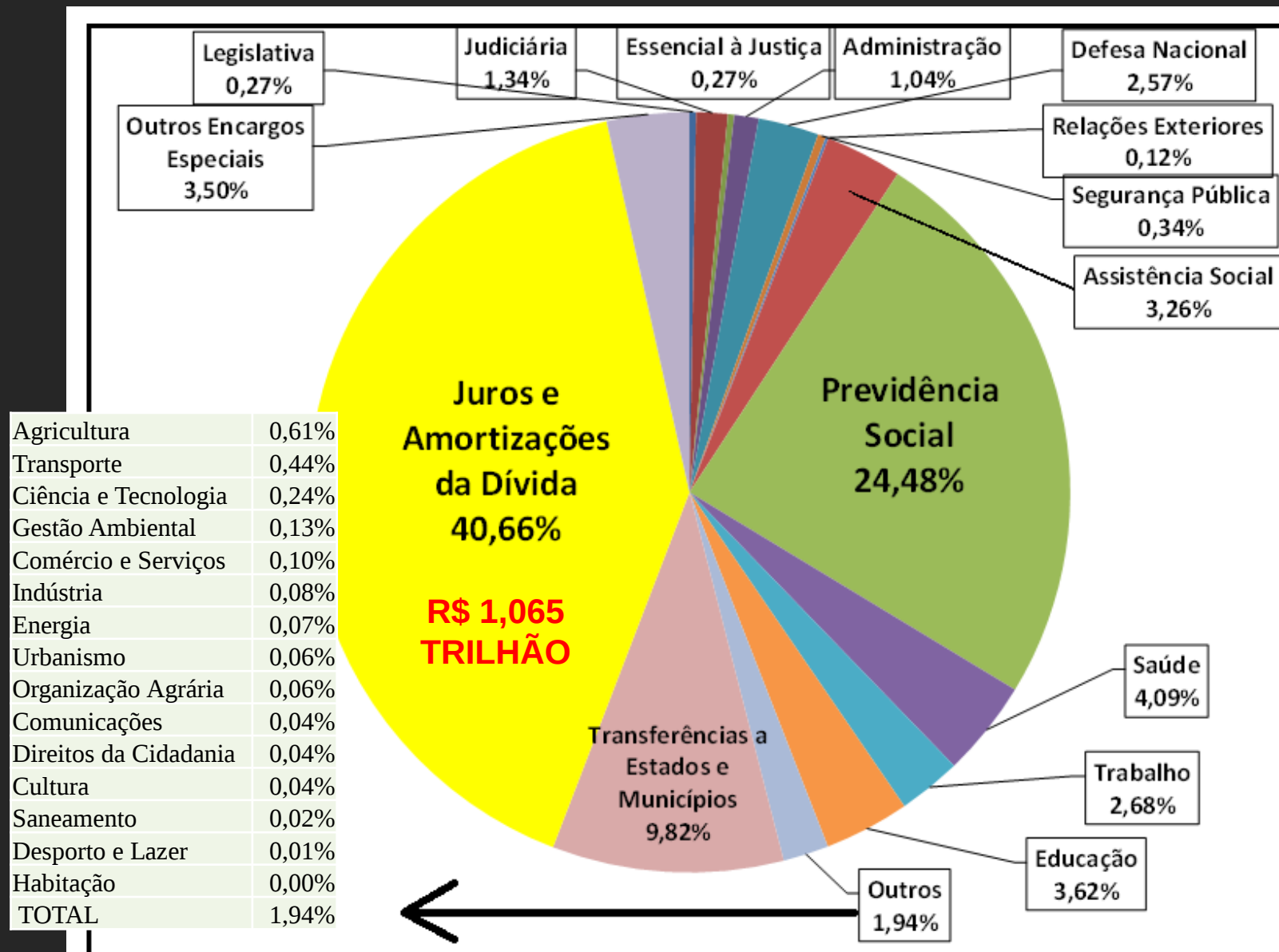
Senado Federal – 03/9/2019

Orçamento Federal (Fiscal e Seguridade Social) Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

R\$ 336 bilhões
de
amortizações
efetivas

Estimativa de
cerca de meio
trilhão de juros

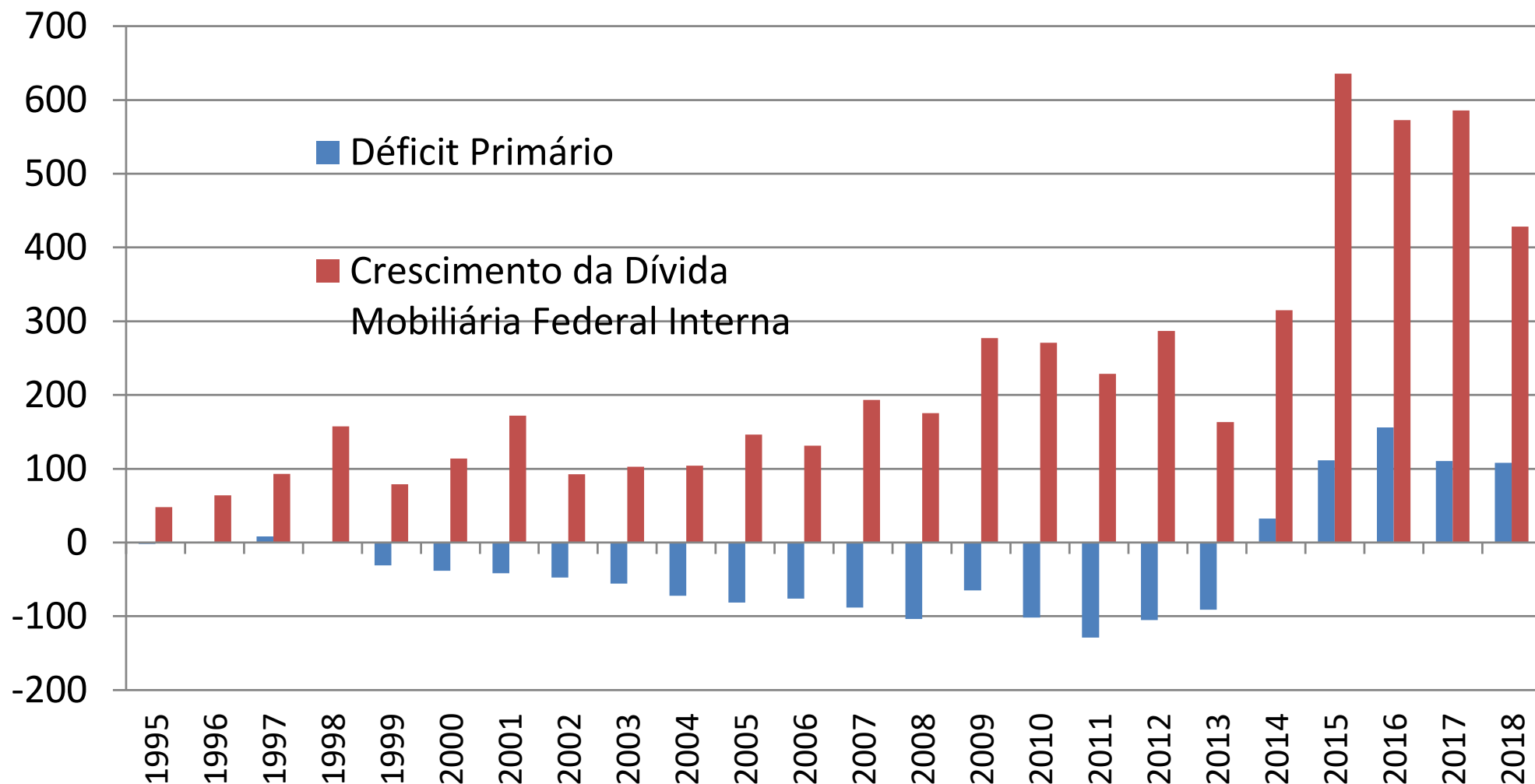
Tesouro
Nacional
contabiliza
grande parte
dos juros como
se fosse
"rolagem"



Fonte: SIAFI -
<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>
 - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União - Dados até 31/12/2018)

Dívida Pública: de onde vem?

Crescimento da DMFI e Resultado Primário (R\$ bilhões)



Fonte: 1995 a nov/2001: Banco Central - Série Temporal 16971 - NFSP sem desvalorização cambial - Fluxo acumulado no ano - Resultado primário - Total - Setor público consolidado. Dez/2001 a 2018: Tabela – https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls Estoque da Dívida Interna – Fonte: Notas para a Imprensa do Banco Central – Política Fiscal. Inclui os títulos em poder do BC, pois este último os utiliza nas Operações Compromissadas.

Resultados: 1995 a 2018

- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna era de R\$ 86 bilhões no início de 1995;
- Foi feito um Superávit Primário acumulado de R\$ 601 bilhões de 1995 a 2018;
- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna cresceu para R\$ 5,523 TRILHÕES;
- RELATÓRIO FINAL DA CPI DA DÍVIDA PÚBLICA – CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2010: “14. Depoimentos colhidos pela CPI confirmaram que o fator mais importante para o crescimento da dívida pública foram as altas taxas de juros. (Fonte: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/53a-legislatura-encerradas/cpidivi/relatorio-final-aprovado/relatorio-final-versao-autenticada>)
- ACÓRDÃO Nº 1084/2018 – TCU: “no período de 2000 a 2017, a DBGG aumentou, em valores deflacionados, R\$ 1,911 trilhão, sendo R\$ 3,043 trilhões referentes à apropriação de juros, reduzido de aproximadamente R\$ 1,132 trilhão referente a emissões líquidas negativas, que resultam em resgates líquidos”. Fonte: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/%252a/NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/si-nonimos%3Dfalse>
- Porém, o TCU não propõe investigar a formação e a necessidade das altíssimas taxas de juros brasileiras

Regime de Metas de Inflação

- Busca da meta de inflação via altas taxas de juros, ignorando o Art. 3º da Lei 4.595/1964:
- A política do Conselho Monetário Nacional objetivará: (I) Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; (II) Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
- De janeiro de 1995 a maio de 2016, o conjunto dos preços administrados do IPCA avançou 664,1%, enquanto o conjunto dos preços livres aumentou 301,3%. Entre os preços administrados que mais subiram, destacam-se os preços de gás de botijão (1257,8%) e plano de saúde (820,4%) - Fonte: Banco Central <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2005-Pre%C3%A7os%20Administrados.pdf>
- Poder Executivo apresentou o PLP 112/2019 para revogar estes itens da Lei 4.595/1964

BRASIL: AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

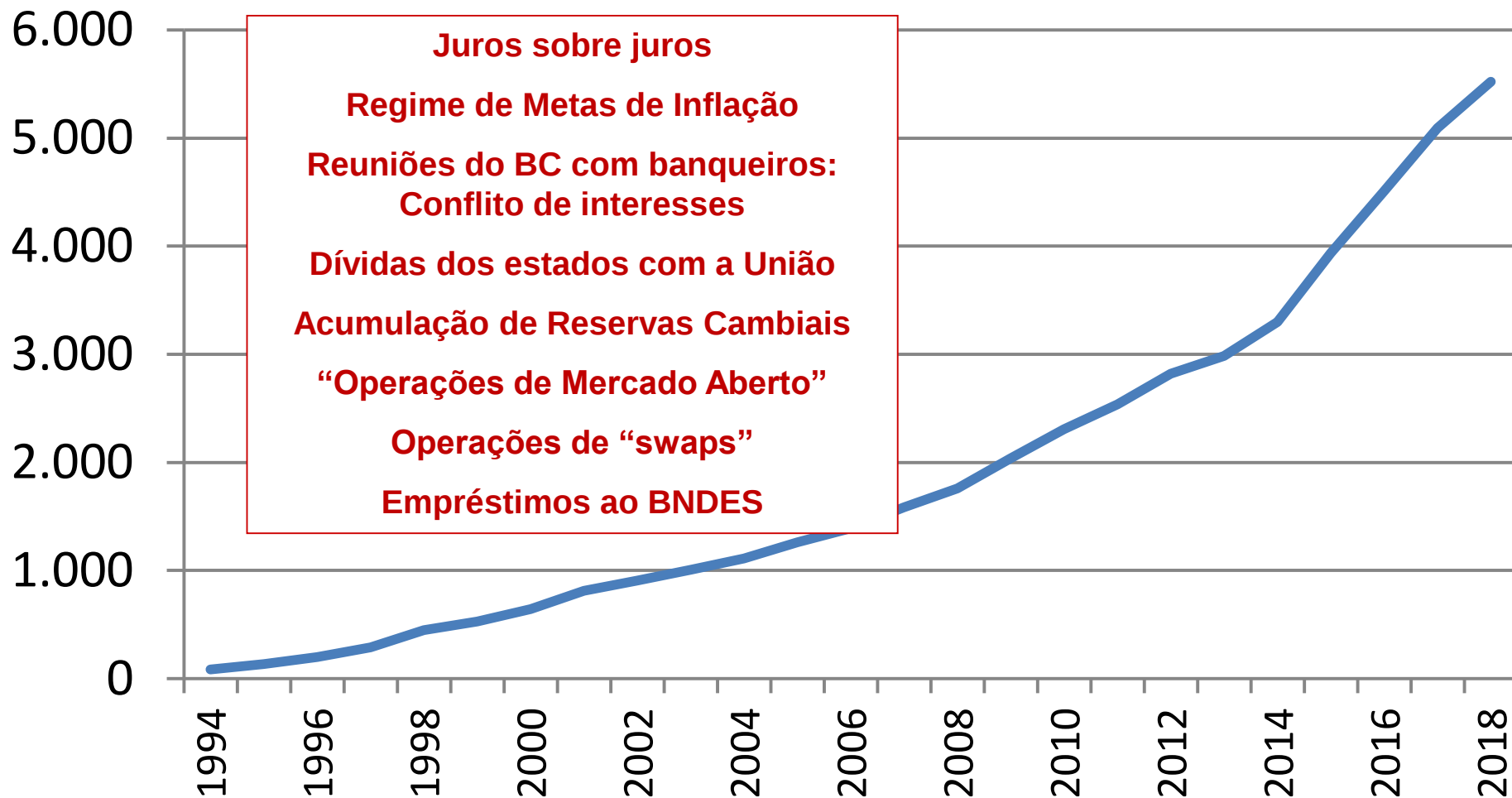
Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

**Auditoria da Dívida no âmbito do Ministério da
Fazenda, com participação da Sociedade Civil:
Aprovada 3 vezes pelo Congresso Nacional e
vetada 3 vezes pelos governos Dilma e Temer
(2016 e 2017)**

Dívida Interna (R\$ bilhões)



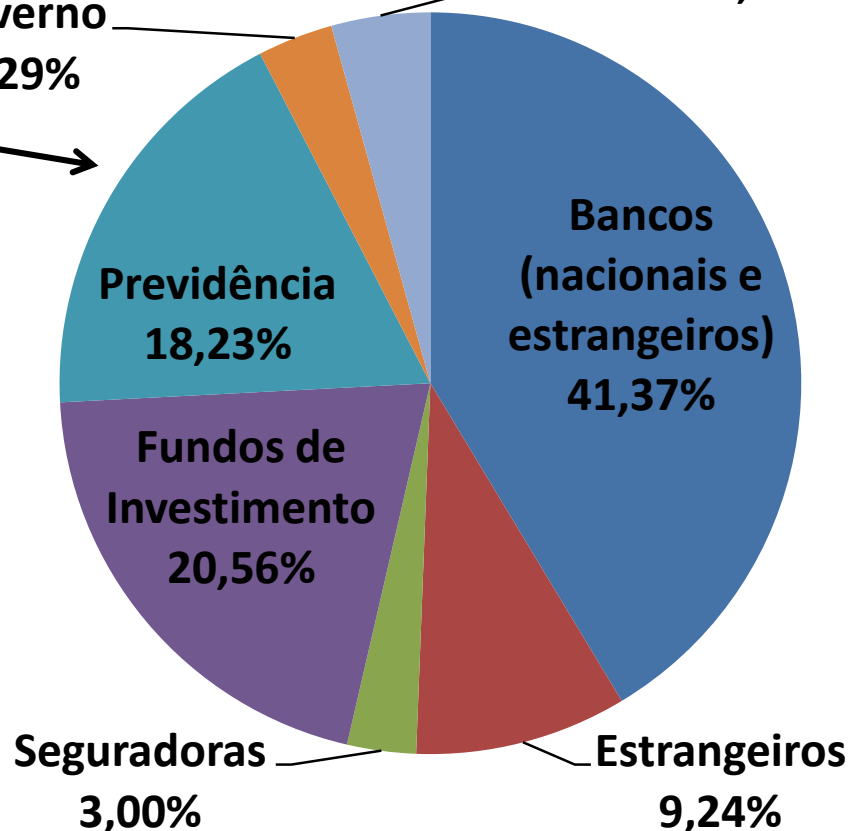
Beneficiários da Dívida Interna Federal – mar/19

Detentores dos Títulos da Dívida Mobiliária Federal Interna

EFPC
(Fundos de
Pensão):
9,56%

Governo
3,29%

Outros
4,31%



Resposta do MF a pedido com base na LAI, que solicitou o nome dos detentores finais dos títulos da dívida:

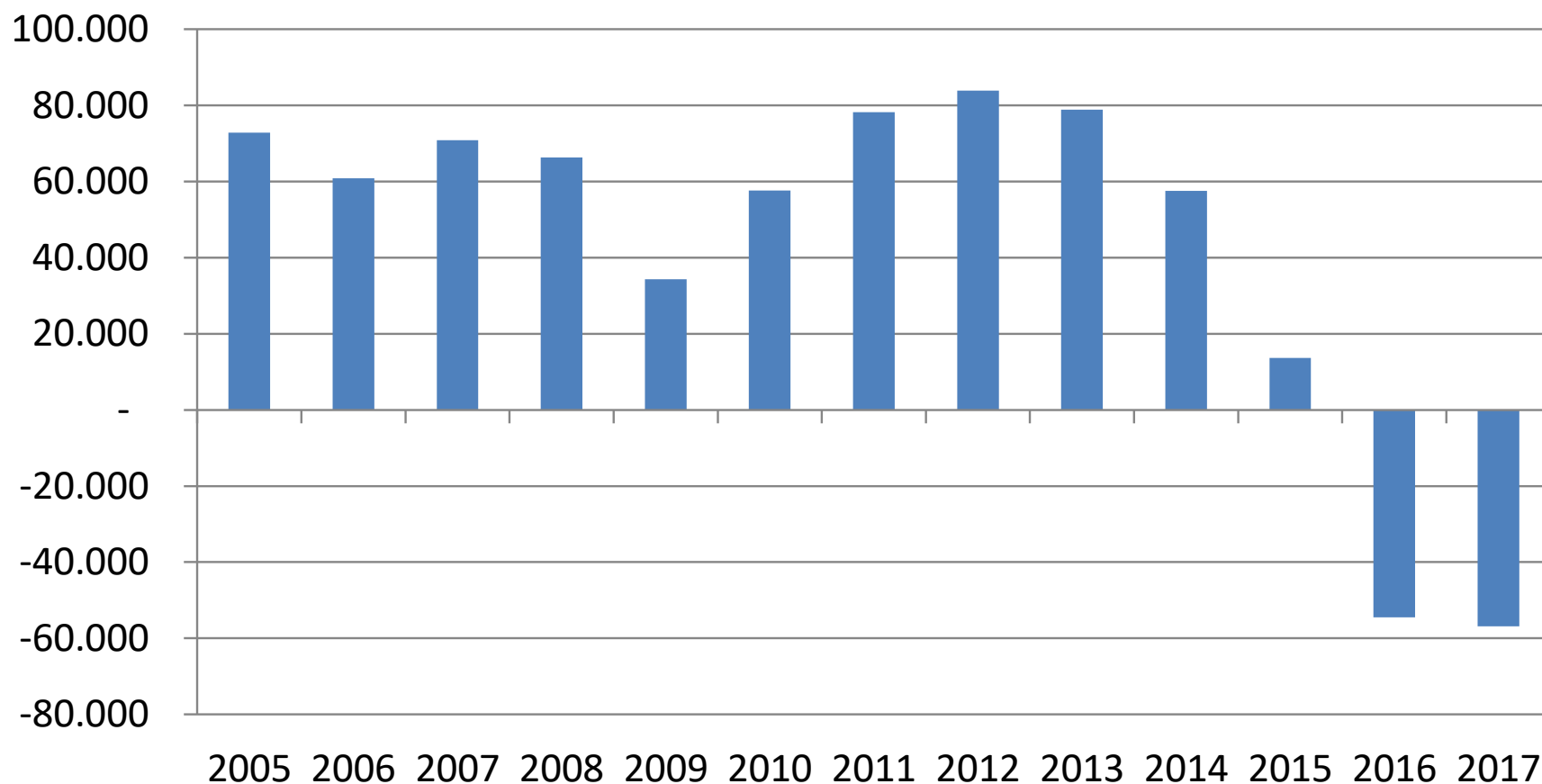
“Ressaltamos também que o Tesouro Nacional por não ser órgão supervisor destes grupos, não detém os dados dos participantes ou cotistas dessas entidades e fundos.

“...sigilo bancário referente às operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras.”

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina

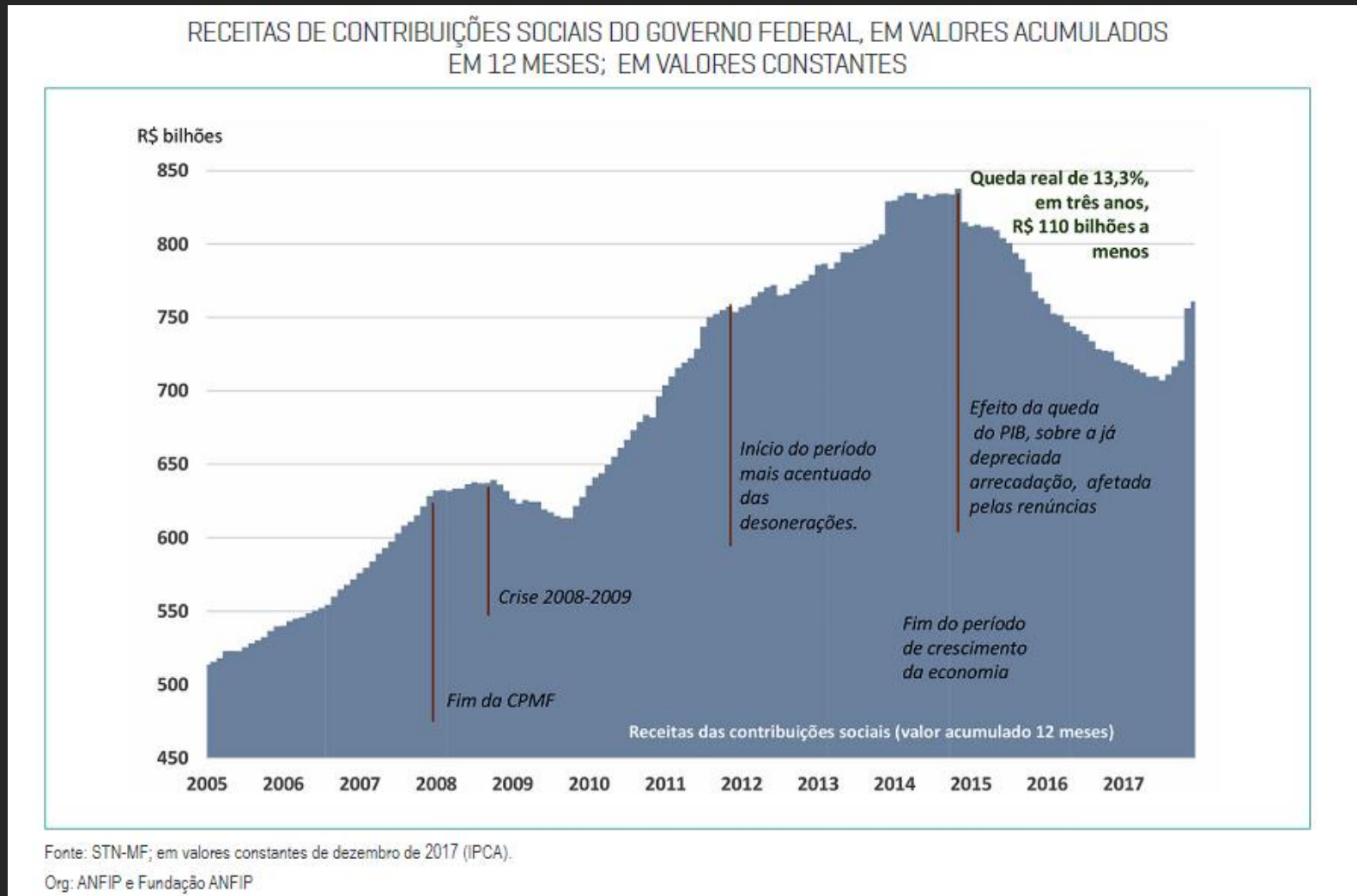
RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ milhões)



FONTE: ANFIP - https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf, pág 187

SUPERÁVIT ACUMULADO de 2005 a 2015 - EM VALORES ATUALIZADOS PARA 2018: R\$ 1,112 TRILHÃO

O verdadeiro problema: queda drástica na arrecadação da Seguridade Social, devido à crise fabricada pela política monetária do BC



Nova falácia do Governo Federal:

déficit da Seguridade Social de R\$ 303,5 bilhões em 2019

- **Não considera várias receitas, principalmente aquelas desvinculadas pela DRU**
- **Não compensa o efeito das desonerações concedidas a partir de 2010 sob a justificativa de combater a crise: R\$ 511 bilhões (ANFIP)**
- **Insere na Seguridade Social os Regimes Próprios dos Servidores, contrariando o Art. 201 da Constituição**
- **Regime Próprio dos Servidores: contrato que se fez com os servidores públicos, onde se garante a aposentadoria e outros benefícios.**
- **Não há sentido em se exigir “superávit”**
- **O governo deve garantir os recursos**
- **R\$ 1,27 TRILHÃO no caixa do Tesouro Nacional (dez/2018)**

A falácia do “déficit” da Previdência - RPPS

Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS): grande imprensa anuncia um grande “déficit” em 2019 de R\$ 90 bilhões.

Porém, destes R\$ 90 bilhões, apenas R\$ 44,31 bilhões se referem aos Servidores Cíveis do Poder Executivo:

Fonte: Pags 69 a 76 do documento disponível em:
<http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2019/proposta/MensagemPres.pdf>

MENSAGEM PRESIDENCIAL – PLOA 2019

“o pagamento feito aos militares inativos não estaria sujeito a um regime previdenciário, e sim, administrativo.”

Fonte: Pags 72 do documento disponível em:
<http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2019/proposta/MensagemPres.pdf>

“Estado Mínimo” e a falácia do “déficit”

Além do mais, fabrica-se esse déficit por meio do desmonte do Estado. De 1991 a 2015 (em 24 anos), o número de servidores civis ativos do Poder Executivo cresceu apenas 8% (de 662 mil para 717 mil). No mesmo período, a população brasileira cresceu 39%.

Os gastos com esses servidores caíram de 19% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 1995 para 13% em 2016 (tendo caído de 1,9% para 1,5% do PIB).

Fonte: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2017/bep-dezembro-2017 - Págs 25, 26, 38, 65 e 66

O gasto com pessoal (incluindo-se aposentados e pensionistas, de todos os Poderes) caiu de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 39,5% em 2018.

Relatório da CPI Previdência

Saque de recursos da Previdência Social

- Período de 1940 a 1980 – Utilização dos recursos previdenciários em diversos projetos: CSN, FNM, CVRD, Brasília, Ponte Rio Niterói, Transamazônica, dentre outros – PREJUÍZO DE R\$ 5 a 7 TRILHÕES**
- DRU – entre 2006 e 2015 – PREJUÍZO DE R\$ 500 BILHÕES**
- Dívidas de empresas com a Previdência – R\$ 450 BILHÕES**

Falácia do combate a privilégios

Governo justifica a “Reforma” dizendo que ela vai combater os privilégios... Porém, dos R\$ 1,236 TRILHÃO de “economia” com a reforma nos próximos 10 anos, R\$ 1,012 TRILHÃO (82%) serão tirados do:

- Regime Geral (cujo teto é R\$ 5.839,45) - aumento de requisitos de idade, tempo de contribuição, redução pensões, etc.
- Assistência Social - redução nos benefícios de 1 salário mínimo
- Extinção do abono para mais de 20 milhões de trabalhadores que ganham entre 1 e 2 salários mínimos.

Fonte: http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/04/Transparencia_previdencia_v4.pdf - pág 9

ISSO É COMBATER PRIVILÉGIOS ????

RESULTADO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Dados da Receita Federal – “Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas” referentes ao Ano Calendário de 2016 – Tabela 9

<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/estudo-gn-irpf-ac-2016-excel.xlsx>

- 0,7% dos declarantes do Imposto de Renda (197 mil pessoas, com renda acima de 80 salários mínimos mensais) declararam rendimentos de R\$ 531 bilhões em 2016, mais que o rendimento dos 53% declarantes mais pobres !!!!
- Cada um do grupo mais rico recebeu, em média, R\$ 2,7 milhões em 2016, sendo R\$ 1,75 milhão ISENTOS DO IMPOSTO DE RENDA!!!
- Se cada um pagasse uma alíquota de 40% sobre estes R\$ 1,75 milhão, seriam arrecadados R\$ 138 bilhões por ano !!!
- Este valor é muito maior que a “economia” anual anunciada pelo governo com a “reforma” da previdência para os próximos 10 anos.

DISTRIBUIR A RENDA SIM!

DESTRUIR A PREVIDÊNCIA NÃO!

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇÕES CONCRETAS

- Pressão sobre os governos
- Formação de Núcleos nos Estados, eventos, estudos, mobilizações, panfletagens, denúncia do novo esquema de "Securitização".